

1 – Questão: Será possível a redução de brigadistas fora do horário de funcionamento das atividades desenvolvidas na edificação, como por exemplo aos fins de semana, nos termos do item 4.6.3.1 da Norma Técnica 007/2011 - CBMDF, ou se será necessária a inclusão na planilha dos custos com folguistas ou horas-extras para cobertura dos postos. Verificamos que o disposto no item 4.6.3.1 da Norma Técnica 007/2011 também foi citado no item 10.2 do TR, o que nos faz entender que essa possibilidade de redução/remanejamento dos postos, sem custos com folguistas, seria possível. Pode nos confirmar?

1- Resposta: Será permitido conforme disposto no item 4.6.3.1 da Norma Técnica 07/2011, bem como o expresso no item 10.2 do Termo de Referência;

2 – Questão: Em razão das Cláusulas 12ª, 13ª, 14ª e 16ª da CCT SEAC/SINDBOMBEIROS DF 2019, indagamos se será exigido a cotação na planilha de custos dos valores correspondentes à plano ambulatorial, à assistência odontológica e ao auxílio lazer/cultura. Caso não cote, a empresa será desclassificada?

2- Resposta: Considerando os enunciados do item 5. DO ENVIO DA PROPOSTA e subitens 5.2, 5.9, 5.9.1, 5.10, 5.10.1, 5.10.2, 5.12 do Edital, combinado com o art. 6º da IN nº 05/2017, as propostas deverão seguir a IN nº 05/2017, devendo respeitar os índices dos encargos sociais previsto em lei, tais como, Previdência Social, FGTS, Férias, Adicional de Férias e 13º Salário, entre outros (vide itens 5.10 e seus subitens e 5.12 do Edital). Sendo de responsabilidade do Fornecedor a aplicação dos índices adequados à exequibilidade do contrato.

Lembro que a Administração seguirá estritamente os valores apresentados na proposta, não se vinculando às necessidades de complementação de benefícios, em função de Convenção ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

3 – Questão: Em uma das respostas aos esclarecimento postadas, foi informado que devem ser cotados os custos referentes à Súmula TST 444. Entretanto, em decorrência da vigência da Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista), em especial quanto ao parágrafo único do art. 59-A, (também no Parágrafo 2º da Cláusula 40ª da CCT) consta que "serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação", de modo que não seria necessário cotar na planilha de custos os feriados trabalhados, conforme Súmula TST 444. Poderia esclarecer novamente?

3- Resposta: A apresentação de proposta e de responsabilidade do Licitante. A Administração seguirá estritamente os valores apresentados na proposta, não se vinculando às necessidades de complementação de benefícios, em função de Convenção ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

4 – Questão: Com relação ao Aviso postado sobre a exigência do percentual mínimo de 79,44% de Encargos Sociais e Trabalhistas, pedimos esclarecimento quanto ao seguinte trecho: "Neste sentido, as propostas que não apresentarem esse índice, na sua composição de preço, PODERÃO ser desclassificadas". Deste modo, a fim de preservar a isonomia, questionamos se as empresas que não comprovarem o percentual mínimo "serão" de fato desclassificadas ou não? A utilização do termo "poderão" abre margem para apenas uma possibilidade e não um dever, o que prejudicaria a isonomia para aqueles que poderiam reduzir seus preços na fase de lances caso fosse possível cotar custos abaixo do percentual mínimo de encargos.

4- Resposta: O Aviso em Questão foi desconsiderado e foi postada nova redação.

